

Sobre o dissenso. Considerando o laboratório ‘Este Largo Podia ser Assim’, no Bairro da Cova da Moura

Joana Lages^a, Danny Wildemeersch^b, Júlia Carolino^c, Joana Braga^d e Inês Veiga^e

Resumo

Entre 2013 e 2014 decorreu no bairro autoproduzido da Cova da Moura o projeto de investigação ‘Espaço Relacional e Direito à Cidade’, inspirado no potencial transformador do conceito lefebvriano de direito à cidade. Na sua execução, o projeto veio a centrar-se especialmente num laboratório de intervenção urbana situada, ‘Este Largo Podia Ser Assim’, focado na reflexão, com os moradores, sobre perspetivas de transformação de um espaço público e a sua contribuição para os temas da qualificação urbanística numa dinâmica *bottom-up*. Este artigo foca-se na dimensão processual do laboratório através do olhar de uma equipa multidisciplinar, recorrendo às perspetivas de Mouffe e Rancière, explorando as implicações de discutir este tipo de processos como espaços de prática democrática, onde há lugar à articulação de dissensos.

Palavras-Chave

Dissenso; Agonismo; Investigação-ação participada; Urbanismo tático; Liminar

Abstract

Between 2013 and 2014 the research project ‘Relational Space and Right to the City’ was held in the self-produced neighbourhood of Cova da Moura, inspired by the transformative potential of the Lefebvrian concept of the right to the city. During its execution, the project focused particularly on a situated laboratory of urban intervention, ‘Este Largo Podia Ser Assim’ (This Square Could be Like This), centred on the reflection with inhabitants on the possibility of the transformation of a public space, and its contribution to the subject of the urban qualification, in a bottom-up dynamic. This article focusses the processual dimension of the laboratory through the eyes of a multidisciplinary team, based on the perspectives of Mouffe and Rancière, exploring the implications of discussing this type of processes as a space of democratic practice, where there is room for articulating dissent.

Keywords

Dissent; Agonism; Participated action research; Tactical Urbanism; Liminar

1. Espaço Relacional e Direito à Cidade. Investigação-ação no Bairro da Cova da Moura

O bairro da Cova da Moura, integrado no município da Amadora, surge em finais da década de 1970, quando a ocupação dos terrenos de uma antiga quinta se intensifica e os usos agrícolas cedem de vez lugar à construção de habitação própria pelos ocupantes, na sua maioria migrantes rurais e imigrantes dos países anteriormente

colonizados por Portugal, com destaque para Cabo-Verde. Em 1978, no quadro de forte escassez habitacional que marca a época, os moradores da Cova da Moura procuram assegurar o seu futuro no bairro, dado que não eram proprietários dos terrenos onde construíram as suas casas. Organizam-se numa Comissão de Moradores e tentam obter da autarquia uma postura cooperante, quer através do apoio à infraestruturação básica do bairro realizada até ao início dos anos 1980, primeiro pela autarquia de Oeiras e mais tarde

^a Arquitecta, doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, investigadora do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

^b Professor emérito de ‘Cooperative, Social and Intercultural Education’ da Universidade de Lervén, na Bélgica, e Professor convidado da Universidade de Chulalongkorn, em Bangkok.

^c Antropóloga e doutora em Antropologia, investigadora do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

^d Arquitecta, doutoranda em Arquitectura no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), membro do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (Dinâmia-ISCTE-IUL) e do Instituto em Investigação em Arte, Design e Sociedade (i2ads, FBA-UP).

^e Designer de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (UL) e doutoranda em Design na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, onde também leciona.

da Amadora (constituída em 1979), quer na preparação de intervenções urbanísticas e fundiárias de fundo que não chegam a concretizar-se (Craveiro, 1983).

Com a aproximação à década de 1990, a abordagem pública altera-se e distancia-se dos moradores. Em 2002, as organizações locais (que, entretanto, ascendem já ao total de quatro) são surpreendidas com um Plano de Pormenor para a Cova da Moura, encomendado pela autarquia a um gabinete privado, que prevê a demolição de cerca de 80% do edificado existente. Reagindo a esta notícia, as associações locais unem-se numa Comissão de Bairro¹, mobilizam moradores e opõem-se abertamente à ameaça de demolição, empenhando-se na formulação de possibilidades alternativas para a Cova da Moura. Um embrião do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais e de Ação Local (GESTUAL) do centro de investigação da Faculdade de Arquitetura de Lisboa, coordenado pela arquiteta e urbanista Isabel Raposo, começa nesta fase a colaborar estreitamente com as associações, dando apoio técnico à Comissão de Bairro quando, em 2005, é lançada a Iniciativa governamental 'Bairros Críticos/IBC'² que incluirá a Cova da Moura como um dos seus três casos-piloto. Em 2012, IBC é suspensa sem que se tenham operado as tão desejadas regularizações da situação fundiária e urbanística. A Comissão de Bairro mantém-se empenhada em mostrar que é possível qualificar respeitando o tecido urbano construído pelos moradores com base numa metodologia de intervenção participada. É neste contexto que é desenhado e proposto o projeto 'Espaço Relacional e a promoção do Direito à Cidade. Pesquisa experimental na Cova da Moura, Área Metropolitana de Lisboa'³ (ERDC)⁴, posto em prática entre Abril de 2013 e Setembro de 2014, numa articulação entre o GESTUAL e a Comissão de Bairro, focado num bairro onde vivem cerca de 6.000 pessoas, a maioria imigrantes cabo-verdianos e seus descendentes.

Tendo por ambição contribuir para vencer o hiato entre uma formulação abstrata do direito à cidade e os contextos efetivos de resistência urbana (Holston, 2008), o projeto ERDC propôs-se ensaiar formas mais horizontais de articulação entre a academia e a sociedade civil,

encontrando alternativas à crescente tecnicização da intervenção pública. O projeto articulou, propositadamente, objetivos parciais de investigações em curso no GESTUAL (três de doutoramento e uma de pós-doutoramento), com as preocupações e vontade de agir da Comissão de Bairro, interessada em participar como parceira em projetos de investigação que se saldassem em resultados materiais no bairro.

É ainda importante referir que a Cova da Moura tem sido desde o início dos anos 2000 alvo de inúmeras investigações académicas em diversas áreas. Da articulação entre o bairro e as rotas de imigração que lhe dão origem (Letria e Malheiros, 1999), às práticas culturais do *kola san jon* — forma de expressão musical e performativa cabo-verdiana, (Miguel, 2010; Miguel e Sardo, 2014) ou às práticas ligadas à cultura do hip-hop (Vaz, 2008; 2014), a Cova da Moura foi também contextualizada em termos de intervenção pública no bairro (Raposo, 2008) e analisada na ligação entre mercado de habitação e fragmentação sócio-espacial (Mendes, 2008), sendo que esta listagem não é exaustiva.

No entanto, apesar das inúmeras investigações e do corpo de conhecimento produzido, o rescaldo da IBC — mais uma intervenção pública que não se traduziu nos resultados esperados —, deixou novamente as associações locais com a percepção de que tanto conhecimento não se saldou nos melhoramentos que faziam falta ao bairro.

Neste sentido, a pesquisa proposta no projeto ERDC ambicionava identificar noções heurísticas e um *modus operandi* que apontassem caminhos para, à escala do lugar, possibilitar a formulação de propostas de qualificação urbanística que fizessem justiça à forma como o espaço é pensado e apropriado pelos que o habitam, numa investigação-ação participada (Carolino e Lages, 2012). Em coerência com este objetivo, discutiram-se ideias criativas quanto a como podia ser transformado um lugar no bairro. Ultrapassando o âmbito da investigação estritamente académica, cresceu entre a equipa a expectativa de que todo o processo culminasse na realização de melhoramentos concretos num espaço público em questão, dentro do que se poderia enquadrar como uma intervenção liminar no quadro

¹ As quatro associações que formam a Comissão de Bairro são: Associação Cultural Moinho da Juventude, Associação de Solidariedade Social do Alto Cova da Moura, Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura e o Centro Social Paroquial Nossa Senhora Mãe Deus da Buraca. À exceção da última enunciada, com carácter religioso, as três associações da Cova da Moura trabalham desde os anos 1980 em áreas como a infraestruturização e melhoramentos urbanos, e também nas vertentes do desporto, da cultura ou da formação profissional, traduzindo-se num bairro com forte dinamismo associativo.

² A 'Iniciativa Bairros Críticos' — Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 2 de Agosto publicada no DR, I Série — B, de 7 de Setembro de 2005, consistiu num intervenção sócio-territorial integrada, assente num envolvimento interministerial, na participação de parceiros locais e parcerias público-privadas. A IBC focou-se em três territórios: Cova da Moura (Amadora), Lagarteiro (Porto) e Vale da Amoreira (Moita).

³ O Projeto ERDC beneficiou de financiamento por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref.º EXPL/ATP-EUR/1772/2012). No website do projeto ERDC encontra-se uma síntese das atividades e elementos produzidos — <http://erdc.fa.ulisboa.pt> (acedido em 10 Junho de 2016).

⁴ O projeto ERDC foi composto pela seguinte equipa multidisciplinar: Coordenação: antropóloga Júlia Carolino; Oficinas - Joana Pestana Lages (coord), Joana Braga, Inês Veiga, Sofia Borges, Teresa Sá, Arménio Brito dos Santos; Consultores - Isabel Raposo, Danny Wildemeersch, Eric Hirsch; Avaliação e Monitorização - Ana Valente; Design Gráfico - Inês Veiga; Documentação Visual - Sofia Borges, Walter Fortes, Celso Lopes; Colaboradores Locais - Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura, Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, Associação Cultural Moinho da Juventude.

do urbanismo tático. O espaço escolhido, o Largo de Santa Filomena, configura uma das poucas aberturas na densa malha do bairro, com carências fortes ao nível do espaço público.

Com o fim do projeto de investigação e do laboratório que lhe deu corpo não se verificou uma visão partilhada, e sobretudo legitimada, entre habitantes e associações locais quanto ao modo de operar uma qualificação concreta. Este desfecho interpelou fortemente a equipa que não deixou de sentir a falta de transformações reais como um insucesso, questionando as condições entre a dimensão processual e a dimensão dos resultados que os próprios processos geram.

Formulado em dois eixos principais, o projeto ERDC teve como primeiro eixo a constituição de um laboratório assente na permanência no terreno da equipa de investigadoras através da realização de oficinas participadas e pesquisa etnográfica, numa dinâmica de intervenção urbana situada que se designou ‘Este Largo Podia Ser Assim’, focada no Largo de Santa Filomena. As oficinas participadas organizadas em torno da representação do espaço, objetivaram compreender e criar condições para um desenho urbano inspirado nas práticas, saberes e anseios dos moradores. O segundo eixo do projeto ERDC pretendeu estabelecer uma relação entre a construção das propostas de requalificação e o enfoque no espaço relacional como modo de promover o direito à cidade, como pensado por Lefebvre (1968). Este segundo eixo, embora não seja o foco do presente artigo, substancia o primeiro, dado que é nele que estão ancorados os dois conceitos orientadores às oficinas: o direito à cidade e a conceção de trabalhar liminarmente em territórios autoproduzidos. A secção seguinte explicita estes conceitos, articulando-os com a ideia de dissenso enquanto espaço de prática democrática.

2. Do direito à cidade ao espaço do dissenso

O diálogo com o conceito antropológico de liminaridade (Turner, 1964) que remete para o hiato transitório caracteristicamente associado aos processos de passagem de uma condição a outra (neste caso, a passagem do ‘irregular’ ao ‘regular’), surgiu no contexto do projeto de investigação e da reflexão feita sobre territórios expectantes como o bairro da Cova da Moura (Lages, 2017).

Os territórios autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa foram ao longo dos últimos 50 anos alvo de diversos tipos de respostas, quer na ‘erradicação’ dos chamados ‘bairros de barracas’,

quer na reconversão urbanística das extensas áreas de loteamentos ‘clandestinos’. Verifica-se que os programas e instrumentos são lentos, fazendo com que alguns destes territórios esperem durante décadas por uma intervenção que não chega, agravando-se as condições sócio-espaciais existentes, tal como verificado na Cova da Moura. Um agir mais tático na condição liminar, situação de transição, pode contribuir para combater os longos tempos do planeamento urbano que provam ser um fator disruptivo na praxis urbanística, promovendo a operacionalização do direito à cidade, fundamento do projeto ERDC. Foi sobre esta premissa, num contexto marcado pela impotência dos habitantes e associações locais em encontrar mecanismos legais e operativos para agir no sentido de melhorar as condições físicas do bairro — suspenso num limbo jurídico que assenta na ausência de titularidade da propriedade pelos seus habitantes — que a articulação entre o ‘agir tático’ liminar e o direito à cidade tomou forma. O urbanismo tático pode ser visto como ‘uma manobra mais ligeira, de resposta a uma falta, podendo agir como subversão política ou ação criativa, enquadrada ou não no planeamento convencional e sempre mais próxima das pessoas a quem se destina’ (*id.*, p. 48). No contexto destas recentes práticas de intervenção na cidade de carácter temporário ou ‘improvisado’ (Tonkiss, 2013), questiona-se a atual produção de cidade em contexto neoliberal, cujo mecanismo de produção de desigualdades sócio-espaciais foi descrito por Harvey (1973) há já mais de 4 décadas, fazendo o mesmo autor recentemente uma chamada de atenção para a insurgência e luta pela alternativa aos modelos hegemónicos de produção do espaço (2012).

Estes modelos hegemónicos de produção do espaço são também fruto da vertente racional dominante no planeamento urbano, já questionada pelas abordagens do planeamento colaborativo assentes no consenso (Healey, 1997; 2003). No entanto, verifica-se que muitas destas abordagens colaborativas são excessivamente centradas na obtenção de consensos, anulando espaço para o dissenso e para o conflito.

A incorporação do dissenso no âmbito do planeamento urbano sugere que as aproximações e o compromisso surjam do desenrolar da prática democrática, provocando a participação na tomada de decisões pela ação, por vezes conflitual, onde se expressam interesses e racionalidades, ao invés de os anular. Entre o apelo à participação das abordagens colaborativas (que suprime o conflito) e o excessivo centramento na técnica das abordagens racionalistas (que suprime a

participação), surge como alternativa o conceito de agonismo, desenvolvido por Mouffe (2005) e explicado no ponto seguinte.

2.1 Dissenso com espaço para a prática democrática

Chantal Mouffe (2005) considera ser o dissenso, não o consenso, um aspeto essencial da prática democrática. A seu ver, a democracia pluralista relaciona-se com a articulação, em arenas públicas, de perspetivas antagonistas, feita por 'adversários' em luta por hegemonia, que procuram 'criar ordem num contexto de contingência' (*id.*, p. 17). Na visão de Mouffe, tais arenas públicas são democráticas quando o 'antagonismo' se transforma em 'agonismo': 'Enquanto o antagonismo consiste numa relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não partilham qualquer terreno comum, o 'agonismo' consiste numa relação nós/eles em que as partes em conflito, embora reconheçam não haver uma solução racional para o seu conflito, reconhecem, no entanto, a legitimidade dos seus opositores (*id.*, p. 20). A autora considera que, nas últimas décadas, a ideia e a prática da democracia passou a dirigir-se demasiado para o consenso e o diálogo, negando que a política e a democracia digam respeito, antes de mais, não à troca de opiniões, mas sim à luta por poder. Na sua visão, 'a abordagem 'dialógica' está longe de ser radical, porque não pode haver política radical sem desafiar as relações de poder existentes. Tal requer identificar um adversário, que é, justamente, o que tal perspetiva exclui.' (*id.*, p. 51).

Outro autor que refletiu sobre a noção de dissenso foi Jacques Rancière. Também ele proporciona inspiração para explorar mais a fundo o processo ocorrido no Largo e em torno dele, em termos de prática democrática. Ao observar o estado atual da prática política, Rancière (2009), tal como Mouffe, é cético quanto à forma como os decisores políticos procuram chegar a consensos. Em consequência da orientação para o consenso, as práticas democráticas são limitadas, ao mesmo tempo que remetem para a esfera privada e das responsabilidades individuais as questões que deveriam debater-se na esfera pública. 'A democracia (...) é um processo de luta contra essa privatização, o processo que alarga esta esfera' (*id.*, p. 55). Este autor rejeita a tendência da função policiadora do Estado que atribui aos cidadãos lugares definidos na estratificação social, que os classifica de acordo com certas características (os pobres, os desempregados, os

não-ativos), identificando a política como um movimento no qual sujeitos políticos revogam os lugares e os nomes que lhes são impostos. Para Rancière, tais momentos de rejeição e as tentativas de articular e viver alternativas estão no coração da prática democrática como 'a ação de sujeitos que reconfiguram as distribuições do público e do privado, do universal e do particular' (*id.*, p. 62).

Rancière não se limita a situar o dissenso na esfera do político. Estamos perante um autor transversal, que teoriza e relaciona entre si desenvolvimentos ocorridos em diversos campos como a educação, arte e política. O fator de ligação entre estes diferentes domínios é o seu entendimento da estética, entendida de forma mais lata, para lá do domínio da arte, como a 'ordem do sensível'. A ordem do sensível refere-se à forma como os seres humanos interpretam a sua realidade vivida em diferentes domínios. Assim, na sua perspetiva, a política, educação e arte são atividades estéticas porque se relacionam com o questionamento desta ordem do sensível. Mudanças nos regimes estéticos são, por isso, muitas vezes, sinais ou sintomas de transformações na forma como nós entendemos a ordem social, cultural e política. Na linha deste seu lato conceito de estética, Rancière considera o dissenso 'não a designação de um conflito enquanto tal, mas um tipo específico de conflito, entre *sentido* e *sensível* (sense and sense); entre uma apresentação sensível e uma forma de lhe dar sentido, ou entre diferentes regimes e/ou 'corpos' sensíveis (2010, p.139). O dissenso cria uma interrupção na perceção da realidade inquestionada (ou naturalizada). É uma 'rutura na relação entre sentido (sense) e sensível (sense), entre o que é visto e o que é pensado e entre o que é pensado e o que é sentido (felt). Diz respeito à rutura com a específica configuração que permite que permaneçamos nos 'nossos', atribuídos, lugares num determinado estado de coisas. Raturas deste tipo podem acontecer em qualquer lugar e ocasião, mas nunca podem ser calculadas' (*id.*, p. 143). Das raturas de Rancière, à prática democrática entre adversários de Mouffe, o afastamento do consenso que omite — ou suprime — relações de poder, foi estruturante no modo como as oficinas no Largo de Santa Filomena foram desenhadas, e como se operou a discussão entre investigadoras e habitantes.

3. 'Este Largo Podia Ser Assim': a investigação-ação em processo.

O Largo de Santa Filomena, no bairro da Cova da Moura, sobre o qual veio a incidir a investigação-

-ação, constitui à escala local uma exceção, dado que configura o único alargamento da malha urbana capaz de configurar um espaço público no bairro, caracterizado por uma malha densa, sem grandes aberturas. Este facto levou à sua identificação na fase de diagnóstico da IBC como o lugar de maiores potencialidades em termos de valorização do espaço público: ‘No bairro [...] a convergência de ruas [...] define [...] pequenas centralidades. [A] mais importante é [a] do entroncamento da rua de S. Domingos com a rua de Sta. Filomena, pela sua dimensão e pela concentração de equipamentos e atividades e que já se constituiu num tradicional lugar de encontro tanto nas festas populares como nos dias feriados.’ (Malheiros, Vasconcelos, Alves, 2006, p. 15).

Tendo surgido com a demolição de uma casa de grandes dimensões na década de 1980, o Largo consiste num espaço delimitado maioritariamente por edifícios habitacionais de dois pisos. Três décadas após a demolição do antigo edifício, a área configura um vazio urbano usado sobretudo para o estacionamento de automóveis. De uma forma geral, o Largo é marcado por uma atmosfera sossegada, que contrasta com o ambiente animado e mais ruidoso que caracteriza outras zonas do bairro. Junto às habitações voltadas para o Largo há alguma animação quotidiana, que pode prolongar-se para a rua em conversas entre vizinhos e transeuntes. As exceções a este quadro, sobretudo residencial, vêm da atmosfera característica de uma creche ali sediada, equipamento da Paróquia da Buraca, e do café local, um foco de convívio masculino que se intensifica ao final da tarde e noite adentro. Ao fim de semana, o café atrai um público misto que enche o espaço interior e ocupa a rua em animada conversa, que pode prolongar-se até de madrugada. Estes momentos, associados ao café, são os mais animados e ruidosos da pacata vida do Largo, nem sempre apreciados pelos moradores.

Foi tendo este ambiente por pano de fundo que decorreu, entre Junho de 2013 e Janeiro de 2014, o conjunto de oficinas participadas ‘Este Largo Podia Ser Assim’, no âmbito das quais a equipa de investigadoras pretendeu cativar e mobilizar moradores e outros utentes do Largo para um processo coletivo de imaginação, desenho e execução de melhoramentos que enriquecessem a sua vivência no espaço público. Pretendia-se também testar, pela prática, as vantagens de dinâmicas participadas à escala do espaço vivido (tal como vinha sendo defendido e ensaiado pela Comissão de Bairro), conducentes ao desenho urbano inspirado nos anseios, práticas e saberes dos habitantes do lugar.



Imagem 1 - Este Largo Podia ser Assim.
Aspectos das oficinas realizadas.

Fonte: Joana Lages

O laboratório compreendeu a realização de oficinas com moradores do Largo e outros habitantes da Cova da Moura, acompanhadas da realização de um jornal de parede destinado a noticiar as atividades realizadas e a divulgar futuros eventos, complementando ao nível de todo o bairro a interlocução estabelecida diretamente no Largo (Imagem 1). A equipa multidisciplinar reunida para a conceção e realização das oficinas do Largo vinha de campos disciplinares diversos. O encontro entre uma artista visual, uma designer gráfica e duas arquitetas, foi contaminado pelos estudos artísticos, particularmente pelo trabalho anterior de Sofia Borges (2010, 2012), enriquecida pelas discussões com um dos consultores do projeto, já com trabalho realizado no bairro da Cova da Moura nos anos 1980 e com experiência no campo da pedagogia e educação de adultos. Fruto destas contaminações interdisciplinares, as oficinas foram assentes na criação de objetos de forma experimental e criativa, questionando as práticas participativas centradas em objetos que os participantes não compreendem, como plantas e maquetas abstratas.

Nos primeiros momentos do laboratório, quando questionados sobre que tipo de espaço público poderia o bairro da Cova da Moura ter, muitos moradores idealizavam para o Largo um espaço verde e de lazer, de características em tudo semelhantes a um jardim público existente nas proximidades⁵. Em contraponto às referências feitas pelos habitantes, que de forma exclusiva se limitavam a um único jardim nas imediações, a equipa propôs expandir o espectro de possibilidades em termos de referências arquitetónicas e artísticas, explorando novos usos, diferentes materialidades e técnicas de construção disponíveis. Em Junho de 2013, um primeiro momento de encontro denominado 'Outros Largos', apresentou a projeção de um vídeo⁶ numa das paredes do Largo de Santa Filomena numa noite de Verão. Por outro lado, este primeiro evento – que lançou um conjunto de ocupações e evidentes transformações do Largo por relação ao seu quotidiano - veio a revelar-se de forte impacto indireto, dado que dias depois, surgiram as primeiras interrogações e receios quanto ao que fazia ali a equipa de investigadoras e aos usos que a qualificação do Largo poderia atrair ao espaço até então com uma dominante residencial.

No mês seguinte, a par da pesquisa etnográfica, decorreu a oficina 'Ouvir'. Suspendendo-se, uma vez mais, o estacionamento no Largo, promoveu-se uma tarde de encontro e reflexão. Um

módulo expositivo retomou ideias anteriormente formuladas por habitantes e diferentes tipos de maquetas foram utilizadas para que os participantes pudessem ensaiar a possível expressão das suas ideias. A participação foi marcada pela presença predominante de mulheres e de crianças, limitando-se a maioria dos homens (de passagem ou no café) a observar de longe.

Realizada esta oficina, e a partir das ideias e compreensão até então atingidas, parte da equipa de investigadoras, duas arquitetas e uma designer, começaram a desenhar uma proposta específica, entendida como ponto de partida para trabalhar colaborativamente com os habitantes, numa perspetiva de 'pesquisa pelo desenho' (*research by design*) explorada por Lages (2015).

Em Outubro de 2013, a oficina 'Jogar' permitiu testar à escala real protótipos de jogos de pavimento, voltando a transformar o Largo, vivido nesta ocasião como um lugar de brincadeira. A organização da atividade privilegiou o envolvimento das associações locais, que trouxeram para brincar no Largo os grupos de crianças do pré-escolar que frequentam as suas instituições.

O conjunto de atividades previstas concluiu-se em Janeiro de 2014, com a 'Oficina de Projeto', organizada em torno da proposta de melhoramento do Largo desenhada pelas investigadoras com o apoio de alunos da Faculdade de Arquitetura - que foi apresentada e discutida com os moradores e representantes associativos que participaram na oficina. A fase preparatória decorreu num café inativo, centrando-se na construção participada de uma maqueta de representação do Largo, cultivando-se a proximidade espacial e relacional com habitantes que se haviam até então mantido distantes do processo. Esta estratégia saldou-se pela maior participação de homens na última oficina, mas, dada a aproximação aos utentes do café – um espaço de convivialidade encarado com certa reserva pelos moradores – conduziu igualmente ao afastamento e alguma animosidade face à equipa por parte de outros residentes, que não quiseram participar na oficina de projeto.

Concebida como uma solução de equilíbrio entre 'espaço para carros' e 'espaço para pessoas', a proposta sugeria a utilização partilhada do espaço disponível, mantendo e organizando o estacionamento, mas criando condições para que, na ausência de carros, as crianças brincassem no Largo. Previa, ainda, a instalação de algum mobiliário urbano na zona mais afastada da circulação automóvel.⁷

⁵ Corresponde ao antigo Jardim Central da Buraca, espaço público ajardinado requalificado ao abrigo do programa de iniciativa comunitária URBAN II (Damaia - Buraca) em 2004 e com obras de manutenção em 2012.

⁶ O vídeo projetado está disponível no endereço <https://vimeo.com/95176889> (consultado a 15 de Fevereiro de 2017).

⁷ O vídeo realizado para apresentação e divulgação da proposta está disponível em <https://vimeo.com/95164636> (consultado a 15 de Fevereiro de 2017).

O debate em torno do desenho proposto saldou-se em duas posições distintas: por um lado, os que continuaram a defender a permanência dos usos existentes, em exclusivo, mantendo o estacionamento como estava. Por outro, os que gostaram da proposta apresentada e defenderam, desde logo, a sua execução, criando no Largo novas oportunidades para brincar e conviver. Da exploração destas possibilidades divergentes surgiu por fim, de forma mais clara, a questão de quem controlaria com eficácia a transformação dos eventuais novos usos potenciados pelos melhoramentos, com os opositores à mudança colocando a hipótese de que se instalassem ou expandissem, no Largo, dinâmicas não residenciais receadas pelos moradores (como por exemplo jovens em permanência nas suas dinâmicas urbanas que trariam barulho, agitação e até tráfico de droga, nas palavras de um morador do Largo).

Não obstante a dinâmica estabelecida, o projeto chegou ao fim sem que se concretizasse uma intervenção física no Largo de Santa Filomena. Para além da explicitação de divergências entre habitantes locais, do processo participado resultaram, também, entre as investigadoras, divergências quanto à natureza dos processos participados e, especificamente, à natureza do papel por si desempenhado em todo o processo. É sobre estas duas dimensões que se questiona no ponto seguinte a abertura de um espaço democrático durante o processo com foco no Largo.

4. Um espaço democrático?

Coloca-se, então, a questão se ‘Este Largo Podia Ser Assim’ criou um espaço democrático, na linha dos conceitos de Mouffe. Conclui-se que sobretudo durante a Oficina de Projeto, uma visão agonista claramente emergiu, nas tentativas divergentes de (re-)imaginar a qualificação do Largo e, por extensão, a qualificação do bairro. As intervenções das investigadoras criaram oportunidades para a articulação de perspetivas agonistas, parte de uma cadeia de acontecimentos democráticos, contributos para a luta pela hegemonia entre diferentes atores acerca da questão de como criar ordem no bairro. Tais perspetivas foram entendidas por todos, mesmo se não conduziram ainda a realizações tangíveis. A luta pela hegemonia foi, simultaneamente, uma luta pela legitimidade, na qual adversários opostos procuraram aliados entre habitantes individuais e as associações do bairro. Aqueles que favoreceram o *status quo* enfatizaram o carácter ‘externo’ das intervenções das investigadoras, vindas ‘de

fora’ e, portanto, sem familiaridade com as preocupações ‘reais’ dos habitantes e do bairro. As investigadoras, por outro lado, esperavam ganhar legitimidade através do conhecimento técnico que traziam e da interação aberta em correspondência com os habitantes, abrindo perspetivas para uma vida melhor através do (re)desenho de um novo espaço público para o bairro.

A fricção não se concluiu após a realização da última oficina. À semelhança de muitas outras lutas no bairro e em seu torno, o debate sobre o futuro do Largo mantém-se em aberto. O resultado final, se se chegar a um, será definitivamente influenciado pelas transformações que ocorrerem em termos das dinâmicas a nível sociocultural, económico e de poder político a nível municipal e para lá dele. No entanto, o processo democrático estimulado pelo projeto de investigação não perdeu significado. Já Rancière, e de forma um pouco



Imagem 2 - Discussão e Proposta de qualificação do Largo de Santa Filomena

Fonte: Joana Lages

diferente de Mouffe, argumenta que o dissenso é um aspeto importante do processo criativo, seja ele artístico, político ou educacional. Dissenso significa rutura, disjunção, ou interrupção do que é autoevidente. A presença de intervenientes 'de fora', demonstrando alternativas para o ambiente vivido, como foi o caso na experiência do Largo, consiste à luz destas ideias num ato legítimo, mesmo quando não é bem-vindo por alguns dos habitantes. A apresentação de diferentes imagens de 'outros largos', ou a ideia de que o lugar em questão poderia transformar-se 'noutro lugar', apelou à ordem do sensível, ou à imaginação dos habitantes, convidando-os a considerar formas alternativas de viver em conjunto no domínio público.

Não é claro, no entanto, até que ponto estes acontecimentos trouxeram de facto uma rutura nas mentes e aspirações dos participantes e da comunidade mais abrangente. A impressão geral, após a realização das oficinas, foi de ambivalência, estando algumas pessoas e associações claramente a favor, permanecendo outras em silêncio, outras expressando o seu desacordo. No final, foi difícil saber se a investigação-ação participada realmente operou ruturas em que 'um choque, fruto de duas formas heterogéneas do sensível, alberg[asse] um entendimento do estado do mundo [...] [que produzisse] a decisão de o mudar.' (Rancière, 2010, p.143).

As reflexões de Mouffe e Rancière sobre o dissenso foram relevantes no modo como a equipa de investigadoras operou e discutiu entre si durante o processo, trazendo diferentes visões quanto a como organizar as oficinas e como avaliar processo e resultados. O dissenso esteve presente, relacionando-se sobretudo com as diferentes perspetivas quanto à forma como o projeto poderia contribuir simultaneamente para a produção de conhecimento e o melhoramento do bairro. Logo num estágio inicial, durante o planeamento das oficinas, perspetivas divergentes emergiram, sobretudo entre as investigadoras do campo do design e da arquitetura com a investigadora da área da antropologia.

A principal tensão situou-se nos objetivos e métodos de pesquisa. Quanto aos objetivos, a discussão foi contínua em momentos intercalares de avaliação, questionando se a pesquisa deveria deixar algo de concreto, tangível, simbolizando a diferente perspetiva sobre o desenvolvimento do bairro (o ponto de vista das arquitetas e designer), ou se a pesquisa consistia antes de mais num meio para chegar a um melhor entendimento sobre como o espaço do Largo e do bairro está em construção através das relações

entre os seus habitantes, na perspetiva da antropóloga. As arquitetas e designer tendiam para uma abordagem reflexiva de investigação-ação: compreender no contexto da intervenção; enquanto a antropóloga recorrentemente expressou reserva relativamente às formas particulares de abordar o espaço que caracterizam a perspetiva do 'especialista' — no caso o arquiteto/designer —, que chega ao terreno com o seu conhecimento técnico, intervindo e pesquisando a partir da intervenção que o próprio, inevitavelmente, gera. No entender da antropóloga, a pesquisa não se deveria focar de forma dominante na intervenção, mas na compreensão daquele lugar, enfatizando a perspetiva etnográfica disciplinarmente mais ligada à antropologia.

Estas visões discordantes revelaram-se sobretudo quando eram necessárias decisões sobre a organização das oficinas, tornando-se mais intensas à medida que as visões divergentes entre os habitantes se expressaram mais claramente. A conceção de interdisciplinaridade que esteve no centro do desenho do próprio projeto ERDC teve como objetivo superar a fragmentação de saberes das diversas áreas de conhecimento envolvidas, colocando-as em posição de igualdade na importância que conferiam à produção coletiva de conhecimento. Acreditou-se, que numa pesquisa reflexiva de investigação-ação participada de carácter interdisciplinar, a tentativa de superar a fragmentação de saberes contribuisse para uma articulação entre a academia e as questões trazidas pelos habitantes e associações locais da Cova da Moura respondendo à produção coletiva do espaço, do desenho à construção. Contudo, o dissenso originado pelos diferentes posicionamentos disciplinares mostram a dificuldade inerente à produção de ciência, muito enraizada na tradição da divisão de saberes, numa luta de adversários.

Este dissenso mostra ainda que a investigação não é uma atividade neutra. Em todas as etapas da pesquisa, desde o planeamento até à avaliação, as decisões tomadas não foram isentas de valores. Particularmente no contexto da pesquisa interdisciplinar, como foi o caso no projeto ERDC, diferentes visões e paradigmas são postos em prática. Desta forma, a pesquisa tem também, inevitavelmente, uma dimensão política, tornando importante que os investigadores saibam lidar com o dissenso. Para o conseguir, evitaram-se paralisações em torno de oposições binárias do tipo certo/errado, mais uma vez recorrendo ao agonismo de Mouffe, através do reconhecimento da legitimidade entre opositores.

Na experiência no Largo de Santa Filomena e nas discussões ocorridas em ambiente académi-

co, na Faculdade de Arquitetura, os momentos de dissenso estiveram obviamente presentes, sendo por vezes frustrantes para as investigadoras envolvidas. No entanto, através da articulação explícita da diferença e do dissenso, houve momentos de genuína prática democrática, em que o antagonismo se tornou agonismo e onde se criou espaço para temporariamente ‘reconfigurar as distribuições do público e do privado, do universal e do particular’ (Rancière, 2005, p. 62).

Conclusão

O Largo de Santa Filomena, um lugar real, atravessado e usado todos os dias, tornou-se durante as oficinas que deram corpo ao laboratório ‘Este Largo Podia Ser Assim’ um lugar também de experimentação, onde se levantaram questões sobre como viver em conjunto no bairro e sobre como conceber o seu futuro. Procurou-se inspirar este questionamento pelo desenho, que abrisse possibilidades a modos de usar o espaço entre as pessoas que o frequentam, e a relacionarem-se umas com as outras num espaço mais vivido. Ensaaiaram-se alternativas, nas quais a realidade quotidiana foi parcial e temporariamente interrompida. Pode considerar-se que, neste sentido, as oficinas construíram um ‘outro lugar’ que pode ser encarado como um lugar de dissenso, onde se criou um tempo e um espaço em que as pessoas puderam lidar de forma intensa com os problemas em questão e com as tentativas de tornar públicas as preocupações que tendem a ser individualizadas e privatizadas no contexto do atual planeamento urbano contemporâneo.

Os habitantes explicitaram as suas posições relativamente ao projeto/processo ‘Este Largo Podia Ser Assim’ através das suas próprias narrativas, muitas delas baseadas em perceções de transformações urbanas que derivam da não-intervenção pública no bairro nas últimas décadas. Neste sentido, a falta de legitimidade para agir foi sentida por todos (investigadores, associações e habitantes) como o bloqueio que levou à não implementação dos melhoramentos que associações locais viam como desejável. Esta intervenção liminar, ancorada na perspectiva do urbanismo tático, provou necessitar de uma ligação ao poder público, ainda que ténue, como forma de superar as perspetivas divergentes, sobretudo das associações e alguns habitantes, receosos dos potenciais efeitos da transformação do Largo. Permaneceu, pois, incerto, se o desejo de mudança foi despoletado entre a maioria dos habitantes da área em torno do Largo de Santa Filomena. O que esta experiência nos mostra é que existe, de facto,

dissenso quanto ao futuro do bairro, dissenso que reflete também, de diferentes maneiras, as perspetivas divergentes que existem na comunidade mais abrangente e para lá dela, provando que a luta pela hegemonia continua.

A pesquisa revelou ainda as dificuldades em superar a fragmentação de saberes disciplinares. No entanto, uma vez superados, a articulação da diferença e do dissenso resultaram em momentos de prática democrática que conduziram a uma democratização da própria ciência entre investigadoras e habitantes da Cova da Moura, num espaço de liberdade e aprendizagem mútua que não pode ser desvalorizado apesar da intervenção no Largo continuar, por enquanto, expectante.

Referências bibliográficas

- Borges, Sofia (2010), "Quando os outros colaboram na prática artística", Mestrado em Estudo Curatoriais, Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6541>[Cons. 01/05/2017].
- Borges, Sofia (2012), “Quando o Artista decide abrir a porta do seu ateliê e começar a olhar à sua volta...”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 99, pp. 185–202.
- Carolino, Júlia; Joana Lage (2012), *Proposta de Pesquisa do Projecto ERDC - Espaço Relacional e a Promoção do Direito à Cidade*, Laboratório Experimental no Bairro da Cova da Moura, Área Metropolitana de Lisboa. Refa EXPL/ATP-EUR/1776/2012 - Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa: GESTUAL - CIAUD.
- Craveiro, Teresa (1983), *Cova Da Moura*, Câmara Municipal da Amadora. Policopiado.
- Harvey, David (1973), *Social Justice and the City*, n.º 1, Londres: Edward Arnold.
- Harvey, David (2012), *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, Londres: Verso.
- Healey, Patsy (1997), *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*, Vancouver: UBC Press.
- Healey, Patsy (2003), “Collaborative Planning in Perspective”, *Planning Theory*, Vol. 2, n.º 2, pp. 101–23.
- Holston, James (2008), *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*, Princeton: Princeton Univ. Press.
- Lages, Joana (2015), “A pesquisa também desenha. Projectos de desenho participado em terri-

tórios autoproduzidos”, *Estudo Prévio - CEAET/UAL*. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/42/joana-pestana-.a-pesquisa-tambem-desenha> [Cons. 01/05/2017].

- Lages, Joana (2017), *À Conquista de Justiça Espacial. Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos Na Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Urbanismo, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

- Lefebvre, Henri (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.

- Letria, Pedro; Malheiros, Jorge (1999), *A Descoberta Dos Novos Descobridores*, Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.

- Malheiros, Jorge; Vasconcelos, Lia; Silva Alves, Francisco (2006), *Relatório Diagnóstico: Síntese de Caracterização do Bairro do Alto da Cova da Moura*. VOLUME I. Lisboa: Iniciativa Bairros Críticos. Disponível em: www.portal-dahabitacao.pt/pt/ibc [Cons. 01/05/2017].

- Mendes, Luís (2008), “Urbanização clandestina e fragmentação socio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia - Universidade do Porto*, pp. 57- 82.

- Miguel, Ana Flávia (2010), “Kola San Jon, Música, Dança e Identidades Cabo-Verdianas”, Tese de mestrado apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro: Universidade de Aveiro.

- Miguel, Ana Flávia; Sardo, Susana (2014), “Classificar o Património (Re)classificando as Identidades. A inscrição do Kola San Jon na lista portuguesa do PCI*”. *E-Cadernos CES*, n.º 21.

- Mouffe, Chantal, (2005), *On the Political. Thinking in Action*. Londres/Nova Iorque: Routledge.

- Rancière, Jacques (2009), *Hatred of Democracy*. Londres: Verso.

- Ranciere, Jacques (2010), *Dissensus: On Politics and Aesthetics*. Londres/Nova Iorque: Continuum.

- Raposo, Isabel (2008), “Intervenção Pública Num Bairro “crítico”, O Alto Da Cova Da Moura”. em *Do Retorno da Diáspora às Arquitecturas em Equilíbrio, Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design*. Lisboa.

- Tonkiss, Fran (2013), “Austerity Urbanism and the Makeshift City”, *City*, Vol. 17, n.º 3, pp. 312–24.

- Turner, Victor (1964), “Betwixt and Between: The Liminal Period in Rites de Passage”. *The Proceedings of the American Ethnological Society*, pp. 4–20.

- Vaz, Cláudia (2008), *Kova-M Forever*:

Samplagens da Zona. Identidades de Jovens da Cova da Moura, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Antropologia Cultural, Lisboa: ISCSP/UTL.

- Vaz, Cláudia (2014), “Reflexões e Práticas Identitárias de Jovens Da Cova da Moura (Amadora, Portugal)”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 3, n.º 2, pp. 90–105.